

---

# Educação no Brasil: Desafios estruturais e caminhos para uma transformação necessária

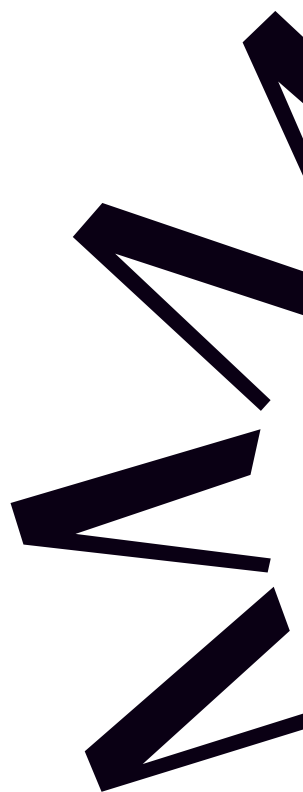
---

Mariana Piaia Abreu

Doutora em economia e especialista em redes complexas

Marcos Ricardo dos Santos

Mestre em Urbanismo, Economia e especialista em Gestão de Assuntos Públicos



## I. Contextualização e Motivação

A educação é amplamente reconhecida como um dos principais motores do desenvolvimento econômico e social. Na esfera individual, o acesso a uma educação de qualidade amplia oportunidades, melhora a empregabilidade e contribui para a mobilidade social. No âmbito coletivo, sociedades com sistemas educacionais eficientes apresentam maiores níveis de produtividade, inovação e crescimento sustentável. Países que alcançaram elevado nível de desenvolvimento econômico, como Coreia do Sul, Finlândia e Estônia, demonstram que investimentos estratégicos e políticas educacionais bem estruturadas são fatores determinantes para o progresso nacional.

Começamos pelo que é consenso: todos queremos uma educação de qualidade, plural e emancipadora, acessível a todos os brasileiros. Não há como argumentar contra isso. O debate, no entanto, não está no objetivo final, mas no caminho para alcançá-lo. Alguns defendem a manutenção de um modelo baseado exclusivamente na oferta pública universal, enquanto outros buscam alternativas inovadoras que possam ampliar a qualidade do ensino e oferecer melhores oportunidades aos alunos. O que parece cada vez mais evidente é que, se o Brasil continuar insistindo na mesma fórmula de sempre, dificilmente os resultados serão diferentes dos observados até hoje.

Ao longo das últimas décadas, a estratégia predominante no país tem sido a ampliação da oferta estatal de ensino. Em 1940, apenas 21% da população em idade escolar estava matriculada em instituições educacionais. Esse percentual subiu para 94,5% no ano 2000, um índice próximo à universalização<sup>1</sup>. No entanto, embora tenha conseguido expandir significativamente o acesso

à educação, o Brasil tem, ao longo do tempo, falhado em efetivar uma melhoria da qualidade do ensino. Os resultados dos estudantes brasileiros em avaliações internacionais, como o PISA<sup>2</sup>, permanecem persistentemente baixos, evidenciando uma desconexão entre o volume de investimentos e os ganhos educacionais efetivos.

Desde a redemocratização, o país passou por governos de diferentes matizes ideológicos, mas nenhum deles conseguiu formular e implementar uma política eficaz para elevar a qualidade do ensino básico. Entre 2003 e 2013, por exemplo, os recursos federais destinados à educação foram triplicados, em termos reais, descontada a inflação<sup>3</sup>. Apesar desse aumento expressivo no orçamento do setor, os ganhos de qualidade nesse período foram apenas marginais. Essa trajetória revela que, embora haja uma correlação entre investimento e desempenho educacional, essa relação não é linear e, em determinado ponto, o aumento de recursos passa a gerar retornos decrescentes.

Além das dificuldades relacionadas à qualidade do ensino, o Brasil ainda enfrenta um cenário de desigualdade no acesso à educação. As disparidades regionais e socioeconômicas são profundas, afetando principalmente os estudantes das camadas mais pobres da população. Enquanto alunos de escolas privadas frequentemente apresentam desempenho superior, aqueles da rede pública lidam com problemas estruturais, como infraestrutura precária, deficiências na formação docente e currículos pouco dinâmicos. Esses fatores contribuem para perpetuar a desigualdade educacional e reduzir a eficácia do ensino como mecanismo de mobilidade social.

<sup>2</sup> PISA é a sigla para o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Programme for International Student Assessment), uma avaliação comparativa internacional realizada pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) a cada três anos, que mede o desempenho de estudantes de 15 anos nas áreas de matemática, leitura e ciências.

<sup>3</sup> RICARDO DOS SANTOS (2019, p. 141).

<sup>1</sup> RICARDO DOS SANTOS (2019, p. 117).

Para obter resultados diferentes, seria preciso explorar novas estratégias. Um dos caminhos possíveis seria reforçar o papel da iniciativa privada na educação por meio de mecanismos como os *vouchers* educacionais. Nesse modelo, em vez de o governo ofertar diretamente vagas em escolas públicas, forneceria vales às famílias de baixa renda, que poderiam utilizá-los para matricular seus filhos em instituições privadas de ensino. Essa abordagem permitiria que famílias mais pobres, que hoje não têm alternativa senão aceitar a escola pública designada pelo Estado, tivessem a liberdade de escolher entre diferentes instituições privadas, muitas das quais apresentam melhores indicadores de desempenho acadêmico. Na prática, esse sistema estenderia às famílias de menor renda a mesma liberdade de escolha que os mais ricos já têm, combinando os princípios de equidade e liberdade na definição dos rumos da educação.

Outra alternativa seria a ampliação das parcerias entre o setor público e entidades privadas por meio das *charter schools*, modelo que já demonstrou resultados positivos em diversos países. Diferentemente das escolas tradicionais, essas instituições são mantidas com recursos públicos, mas geridas por organizações privadas sem fins lucrativos ou grupos independentes, que têm maior autonomia para definir currículos, contratar professores e adotar metodologias inovadoras. Esse formato combina o financiamento estatal com a flexibilidade da iniciativa privada, permitindo uma gestão mais eficiente e menos burocrática, ao mesmo tempo em que garante acesso gratuito aos alunos.

Nos Estados Unidos, as *charter schools* têm apresentado avanços significativos na qualidade da educação, especialmente em regiões de baixa renda. Estudos indicam que essas escolas tendem a obter melhores resultados acadêmicos, uma vez que operam sob um regime de maior responsabilidade pelos seus desempenhos.

Se um modelo semelhante fosse adotado no Brasil, poderia oferecer uma alternativa viável à rigidez do ensino público tradicional, ampliando a concorrência e incentivando inovações pedagógicas dentro da própria rede pública.

A introdução da concorrência no setor educacional, seja por meio dos *vouchers* ou das *charter schools*, poderia funcionar como um catalisador para a melhoria contínua da qualidade do ensino. Para atrair e manter alunos, as escolas teriam incentivos para aprimorar sua infraestrutura, contratar professores mais qualificados, atualizar seus conteúdos e adotar metodologias inovadoras. O dinamismo gerado por esse novo ambiente educacional serviria como motor para impulsionar a eficiência do sistema, garantindo que os estudantes recebessem um ensino mais alinhado às demandas da sociedade contemporânea.

Diante desse cenário, é fundamental repensar o modelo educacional brasileiro, buscando soluções mais eficientes e sustentáveis para garantir ensino de qualidade para todos. Nesse contexto, este relatório técnico analisa as fragilidades do sistema atual, discute experiências internacionais bem-sucedidas e apresenta propostas para aprimorar a educação sem a necessidade de ampliar substancialmente os gastos públicos, focando na melhoria da gestão e na introdução de mecanismos que aumentem a eficiência do ensino no Brasil.

## **II. Panorama da educação no Brasil: situação atual e desafios**

A educação brasileira passou por avanços significativos nas últimas décadas, sobretudo na universalização do ensino básico. No entanto, a qualidade do ensino e a equidade no acesso permanecem desafios centrais. O desempenho dos alunos brasileiros em avaliações nacionais e internacionais revela dificuldades persistentes em áreas essenciais como matemática e leitura,

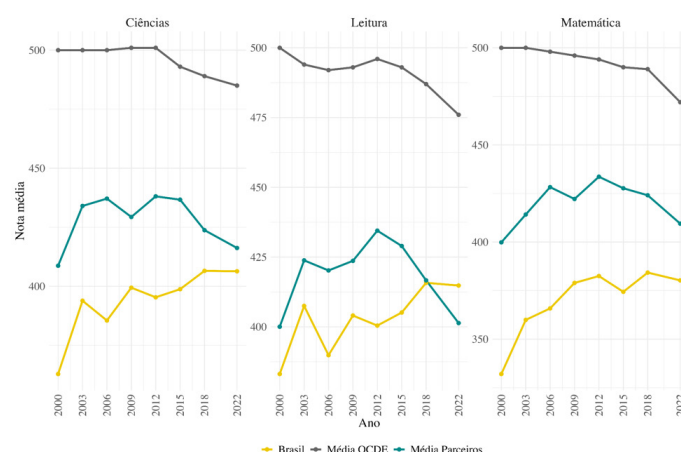
enquanto fatores socioeconômicos ainda determinam, em grande medida, as oportunidades educacionais disponíveis para cada estudante. O financiamento da educação, embora robusto em termos absolutos, apresenta ineficiências que comprometem o impacto dos investimentos realizados. Além disso, a pandemia de COVID-19 agravou as desigualdades educacionais, criando desafios adicionais para a recuperação da aprendizagem.

## II.1. O Brasil no contexto global de avaliação de qualidade

O desempenho da educação brasileira pode ser analisado por meio de avaliações nacionais e internacionais, que fornecem um diagnóstico comparativo da qualidade do ensino. O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), organizado pela OCDE<sup>4</sup>, mede o conhecimento de alunos de 15 anos em leitura, matemática e ciências. Desde que o Brasil passou a participar do exame, em 2000, os resultados têm mostrado avanços discretos, porém insuficientes para alterar seu posicionamento na hierarquia internacional de qualidade educacional. A Figura 1 mostra que, em leitura, a pontuação brasileira evoluiu de 396 para 410, enquanto em matemática subiu de 334 para 379, e em ciências de 375 para 403 pontos. No entanto, essas melhorias devem ser lidas com ceticismo: quando confrontadas com as médias da OCDE – 472 em matemática, 476 em leitura e 485 em ciências em 2022 –, tornam-se claras as persistentes lacunas estruturais da educação brasileira. Em matemática, por exemplo, apenas 27% dos estudantes brasileiros atingem ao menos o nível 2 de proficiência, comparados a 69% no conjunto da OCDE.

**| Figura 1 | Desempenho da Média da OCDE, Países Parceiros da OCDE e Brasil no PISA: Pontuação média em Matemática, Leitura e Ciências entre 2000 e 2022**

Fonte: OCDE - PISA 2022 (2023a).



A média dos países da OCDE sofreu queda recente em todas as áreas avaliadas, fruto de choques externos como a pandemia de COVID-19, mas ainda mantém uma distância estrutural importante em relação ao Brasil. Embora o país tenha experimentado uma queda menos acentuada nas pontuações entre 2018 e 2022 em comparação à média da OCDE, essa aparente estabilidade não pode ser interpretada como sinal de robustez do sistema educacional. Ao contrário, evidencia um quadro de inércia em níveis historicamente baixos de desempenho. Enquanto diversas economias, pressionadas por choques externos, viram sua qualidade educacional oscilar a partir de bases elevadas, o Brasil manteve-se imóvel em um patamar que, por si só, já configura uma emergência pedagógica crônica. A comparação revela que a maior ameaça ao progresso educacional brasileiro não é propriamente a volatilidade conjuntural, mas a persistência estrutural da baixa aprendizagem.

Já a média dos países parceiros da OCDE<sup>5</sup> se

<sup>4</sup> A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é uma organização internacional que reúne países desenvolvidos e emergentes para promover o crescimento econômico e o desenvolvimento social.

<sup>5</sup> Os parceiros da OCDE no PISA incluem países e territórios que participam regularmente da avaliação internacional, mas que não são membros plenos da organização. No ciclo de 2022, esse grupo abrangia:

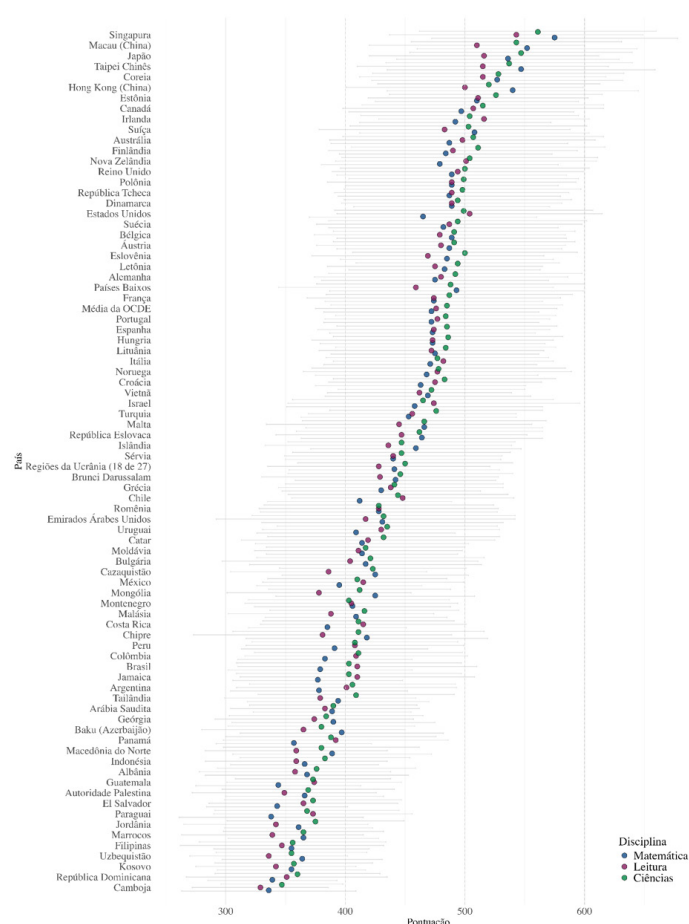
situou, durante a maior parte do período, em posição intermediária: consistentemente melhor que o Brasil, mas ainda abaixo da média dos países-membros da organização. Vale destacar que alguns parceiros – como Vietnã, Cingapura e China (Hong Kong e Macau) – ultrapassaram largamente a média da OCDE em diversas edições, sugerindo que as limitações brasileiras não podem ser atribuídas exclusivamente ao nível de desenvolvimento econômico. Em suma, o Brasil parece preso a um platô de baixo desempenho educacional, enquanto o mundo ao seu redor – tanto entre os pares quanto entre os líderes – avança (ou, no mínimo, avalia seus retrocessos) em outra velocidade e profundidade.

No último PISA, o Brasil se manteve no terço inferior da distribuição mundial, atrás não apenas dos países da OCDE, mas também de vários parceiros emergentes. O país fica próximo de Jamaica, Argentina e Colômbia – e distante dos líderes globais. Como mostrado na Figura 2, o Brasil se posiciona abaixo de seus vizinhos latino-americanos mais bem-sucedidos – como Chile e Uruguai – e apresenta diferenças de desempenho que chegam a ultrapassar 90 pontos em matemática em relação à média dos países desenvolvidos. A análise regional promovida pelo BID<sup>6</sup> (2023) corrobora essa leitura, apontando que o Brasil não apenas figura entre os países de menor desempenho, como também ostenta algumas das mais profundas desigualdades educacionais do continente. O PISA 2022 confirma que o Brasil

permanece prisioneiro de uma armadilha de baixa aprendizagem, cujo rompimento demandaria reformas de vulto e vontade política até hoje não observadas.

## | Figura 2 | Desempenho dos Países no PISA 2022: Pontuação média e dispersão (desvio-padrão) em Matemática, Leitura e Ciências

Fonte: OCDE - PISA 2022 (2023a).



O desempenho do Brasil em matemática no PISA 2022 reflete um quadro persistente de baixa aprendizagem, mesmo dentro do contexto latino-americano. A pontuação média do Brasil foi de 379 pontos, um resultado 91 pontos inferior à média dos países da OCDE (470 pontos). Em termos absolutos, isso equivale a cerca de dois anos e meio de escolaridade formal a menos, segundo as estimativas da OCDE sobre o significado de 30 pontos no PISA. A grande maioria dos alunos no

Albânia, Argentina, Baku (Azerbaijão), Brasil, Brunei Darussalam, Bulgária, Camboja, Croácia, Chipre, República Dominicana, El Salvador, Geórgia, Guatemala, Hong Kong (China), Indonésia, Jamaica, Jordânia, Cazaquistão, Kosovo, Macau (China), Malásia, Malta, Moldávia, Mongólia, Montenegro, Marrocos, Macedônia do Norte, Autoridade Palestina, Panamá, Paraguai, Peru, Filipinas, Catar, Romênia, Arábia Saudita, Sérvia, Singapura, Taipé Chinês (Taiwan), Tailândia, regiões ucranianas (18 de 27 regiões), Emirados Árabes Unidos, Uruguai, Uzbequistão e Vietnã.

<sup>6</sup> O BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) é uma organização financeira internacional que visa a promover o desenvolvimento econômico, social e institucional na América Latina e no Caribe.

Brasil, portanto, encontra-se em níveis elementares ou abaixo disso, incapazes de interpretar informações matemáticas simples em contextos cotidianos.

A variação no desempenho em matemática entre escolas no Brasil é mais alta do que a média mundial, o que revela um sistema educacional altamente desigual. Enquanto em países com bons desempenhos essa variação é mais explicada por fatores intraescolares (diferenciação pedagógica, suporte docente, clima de sala), no Brasil o desempenho é fortemente determinado pela escola que o aluno frequenta, refletindo segregação educacional por território e condição socioeconômica.

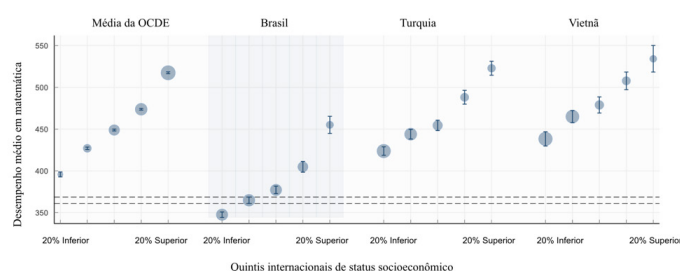
Ao considerar o índice ESCS (*Economic, Social and Cultural Status*)<sup>7</sup>, construído pelo PISA para medir o status econômico, social e cultural dos estudantes e de suas famílias, é possível avaliar não apenas o desempenho médio dos estudantes, mas também como as desigualdades socioeconômicas se refletem nos resultados educacionais. O Brasil costuma apresentar uma das maiores associações entre ESCS e desempenho entre os países participantes do PISA, mostrando o impacto profundo das desigualdades sociais no aprendizado.

Na Figura X o tamanho dos marcadores reflete a representatividade relativa dos estudantes em cada quintil de status socioeconômico, conforme definido pelo índice ESCS. Esses quintis são construídos a partir da distribuição internacional,

de modo a incluir 20% dos participantes do PISA em cada estrato. As barras verticais que se estendem a partir dos marcadores indicam os intervalos de confiança de 95%, expressando a incerteza estatística associada a cada estimativa. As linhas horizontais tracejadas, por sua vez, representam a margem de incerteza em torno da pontuação média do grupo mais numeroso de estudantes brasileiros, segundo a segmentação internacional por quintis. O índice de status econômico, social e cultural (ESCS), ao permitir a comparação internacional de estudantes com perfis similares, revela que os estudantes brasileiros posicionados no segundo quintil internacional (nem entre os mais pobres nem entre os mais ricos) concentram a maior parte da amostra nacional e apresentaram média de apenas 365 pontos em matemática — significativamente abaixo do desempenho de estudantes com o mesmo perfil socioeconômico em países como Turquia e Vietnã.

### | Figura X | Desigualdades socioeconômicas: desempenho médio em matemática, por quintis internacionais de status socioeconômico

Fonte: Adaptado de OCDE - PISA 2022 (2023b).



<sup>7</sup> O índice ESCS é construído de modo a permitir que todos os estudantes que participam do exame, independentemente do país em que vivem, possam ser posicionados em uma mesma escala socioeconômica. Isso possibilita a comparação do desempenho de estudantes com perfis socioeconômicos semelhantes entre diferentes países. O índice combina três dimensões principais: recursos econômicos familiares (inclui variáveis como posse de bens duráveis em casa, como computador, carro, livros, número de banheiros etc.), status ocupacional dos pais (avalia a posição social associada às ocupações dos pais ou responsáveis) e capital educacional (refere-se ao nível de escolaridade dos pais). Esses elementos são padronizados e combinados em um único índice contínuo, que varia ao redor de uma média de zero nos países da OCDE (ou seja, 0 corresponde aproximadamente à média da OCDE).

A diferença entre os estudantes mais favorecidos e os mais desfavorecidos no Brasil foi de 77 pontos, inferior à média da OCDE (93 pontos), mas ainda expressiva e estável ao longo da última década. Tal estabilidade indica ausência de avanços concretos na redução das disparidades de aprendizagem entre grupos socioeconômicos extremos. Além disso, o status socioeconômico continua a



explicar 15% da variação no desempenho em matemática no Brasil, reforçando sua relevância como determinante estrutural do desempenho educacional.

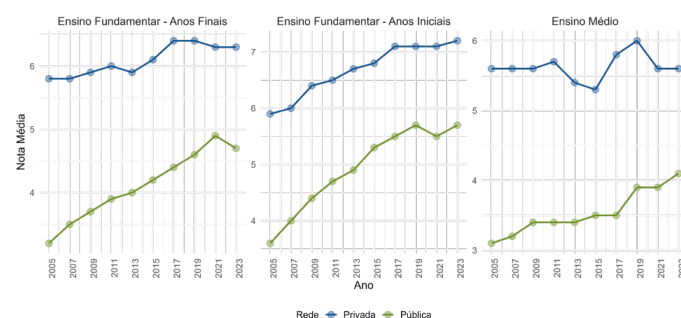
Em suma, no contexto internacional, o Brasil não apresentou progresso estatisticamente significativo desde o PISA 2018, o que reforça a ideia de estagnação crônica. Essa paralisia, em um contexto de exigências crescentes do mercado de trabalho e de transição tecnológica acelerada, compromete a capacidade do país de formar capital humano qualificado e reproduz o ciclo da desigualdade.

## II.II. Indicadores nacionais de qualidade da educação básica

No âmbito nacional brasileiro, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) são os principais instrumentos de monitoramento da qualidade do ensino. O Ideb, criado em 2007, combina indicadores de fluxo escolar (taxa de aprovação e evasão) e desempenho acadêmico (resultados do Saeb) para medir a evolução da aprendizagem. Desde o estabelecimento desses parâmetros avaliativos, embora tenha havido avanços tímidos no ensino fundamental, com ganhos marginais ao longo dos anos, os resultados do ensino médio permanecem estagnados. O índice para o ensino médio, por exemplo, permanece abaixo das metas estabelecidas pelo governo, evidenciando desafios estruturais na preparação dos estudantes para o mercado de trabalho e para o ensino superior. A Figura 3 mostra que as escolas públicas, em média, em todas as etapas da educação básica, ainda não conseguiram atingir, em 2023, a média de notas que a educação privada já tinha em 2005.

### | Figura 3 | Notas médias do Ideb no Brasil, por etapa e por rede de ensino, 2005-2023

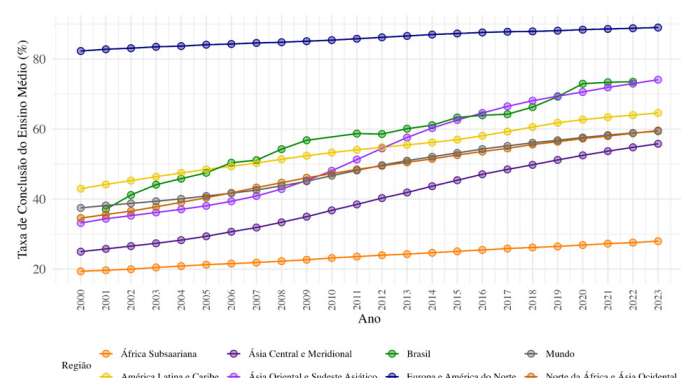
Fonte: INEP - Ideb (2024).



Outro fator preocupante no panorama educacional brasileiro é o elevado grau de evasão escolar, particularmente concentrado no ensino médio. A Figura 4 ilustra a evolução das taxas de conclusão do ensino médio no Brasil em comparação ao mundo e a diferentes regiões globais. Observa-se que o Brasil apresentou avanços expressivos ao longo das últimas duas décadas: a taxa de conclusão saltou de aproximadamente 37%, no ano 2000, para 73,5% em 2022. Esse desempenho posiciona o país acima da média global, que gira em torno de 50%, e também acima da média da América Latina e Caribe, que atinge cerca de 64%. No entanto, o Brasil ainda permanece significativamente atrás de regiões como Europa e América do Norte, onde a taxa de conclusão do ensino médio atinge 89%.

### | Figura 4 | Taxa de Conclusão do Ensino Médio no Brasil e Regiões do Mundo, 2000-2023

Fonte: UNESCO (2025).

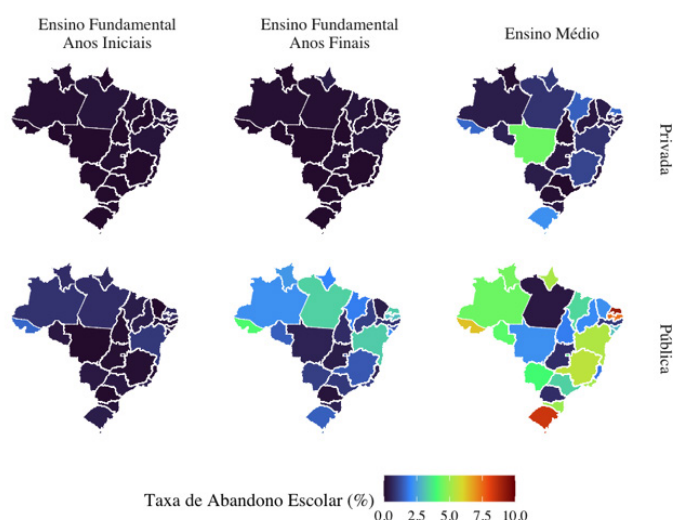


Além da questão da evasão, também é importante analisar a distorção idade-série – ou seja, a discrepância entre a idade do estudante e a série adequada – que resulta, fundamentalmente, das altas taxas de reprovação e de abandono escolar. Esse fenômeno compromete não apenas o desempenho acadêmico, mas também a trajetória de inserção no mercado de trabalho, ampliando desigualdades sociais e econômicas.

Os mapas apresentados nas Figuras 5 e 6 mostram as taxas de abandono e de reprovação escolar por estado e rede de ensino. A Figura 5 evidencia que, nas redes públicas, especialmente no ensino médio, as taxas de abandono atingem patamares preocupantes, com destaque negativo para o Rio Grande do Norte (9,1%), o Rio Grande do Sul (8,4%), a Paraíba (7,5%) e o Acre (6,3%). No ensino fundamental, anos finais, as piores taxas são do Acre (4,1%), do Pará (3,3%), da Bahia (3,2%) e do Rio Grande do Norte (3,2%). Na rede privada, as taxas de evasão são menores do que as da rede pública – os piores resultados se encontram no ensino médio do Rio Grande do Sul (2,2%), do Acre (1,6%) e do Rio Grande do Norte (1,6%).

#### | Figura 5 | Taxa de Abandono Escolar por Estados, para Etapas e Redes Pública e Privada em 2024

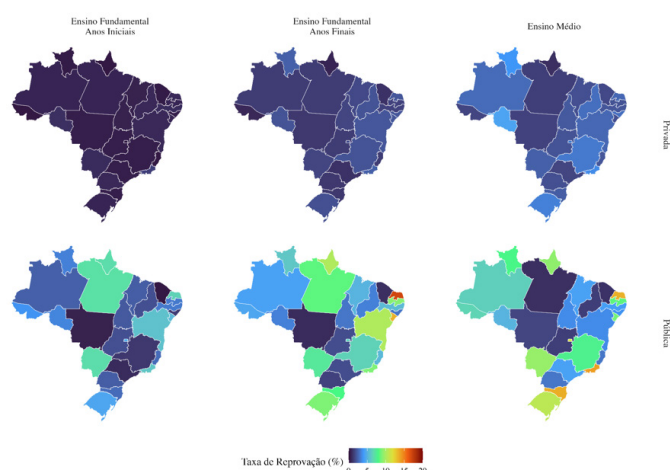
Fonte: INEP (2024).



A Figura 6 revela, por sua vez, que as taxas de reprovação acompanham padrão semelhante, sendo significativamente mais elevadas nas redes públicas em comparação à privada. O Rio Grande do Norte lidera nos ensino fundamental, anos finais (17,0%), seguido de Sergipe (13,5%). No ensino médio, os destaque negativos ficam para o Rio de Janeiro (14,1%), Santa Catarina (13,6%) e o Rio Grande do Norte (13,5%).

#### | Figura 6 | Taxa de Reprovação Escolar por Estados, para Etapas e Redes Pública e Privada em 2024

Fonte: INEP (2024).

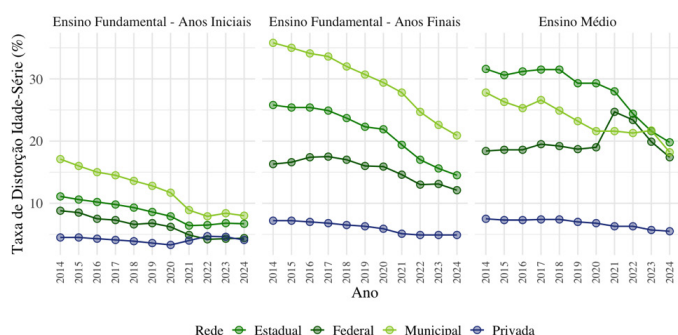


Embora o Brasil tenha, em anos recentes, empreendido esforços para tentar reduzir a distorção idade-série na rede pública – tendo logrado avanços –, as taxas ainda são preocupantes, especialmente quando comparadas ao que se observa nas redes privadas. A Figura 7 mostra a evolução da distorção idade-série ao longo do tempo, revelando uma tendência de queda progressiva nas últimas duas décadas. Ainda assim, os percentuais permanecem elevados, especialmente nas redes estadual e municipal e no ensino médio, sugerindo que os avanços, embora positivos, ainda são insuficientes para eliminar o atraso escolar como um problema estrutural.



**| Figura 7 | Evolução da Taxa de Distorção Idade-Série (%) por Etapa e Rede, 2014–2024**

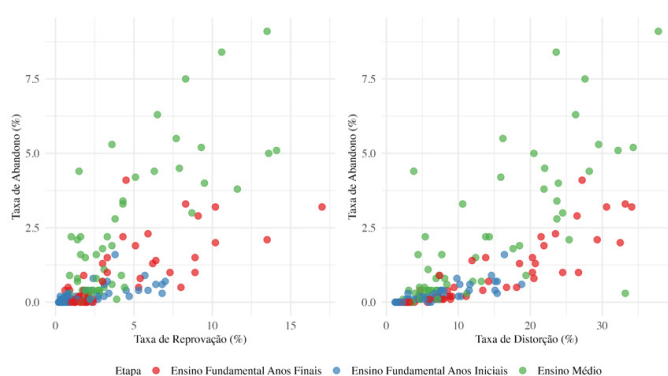
Fonte: INEP (2024).



A Figura 8 demonstra, de forma clara, as correlações entre abandono, reprovação e distorção idade-série. À esquerda do quadro, observa-se a relação positiva entre taxa de reprovação e taxa de abandono, especialmente pronunciada no ensino médio. À direita, destaca-se a associação entre distorção idade-série e abandono escolar, sugerindo que os estudantes em atraso têm maior probabilidade de deixar a escola antes da conclusão. Esses padrões reforçam a necessidade de políticas integradas que não apenas reduzam os índices de abandono e reprovação, mas que também previnam o acúmulo de defasagem escolar ao longo do tempo.

**| Figura 8 | Correlação entre a taxa de abandono escolas com as taxas de reprovação e distorção idade-série escolar, para os diferentes estados brasileiros e etapas em 2024**

Fonte: INEP (2024).

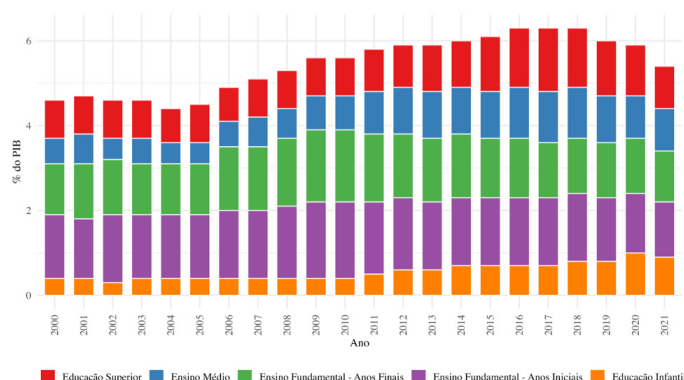


### **II.III. Evolução do financiamento para a educação básica no Brasil**

Ao longo das últimas décadas, o Brasil tem concentrado seus esforços para melhorar a qualidade da educação básica principalmente por meio do aumento do financiamento público, refletindo uma histórica batalha pela ampliação dos recursos destinados ao ensino público. Essa estratégia, consagrada em diversas políticas educacionais e reforçada por dispositivos constitucionais, de fato resultou em crescimento expressivo dos investimentos no setor. No entanto, como evidenciado pelos indicadores analisados nas seções anteriores, esse aumento de recursos não se traduziu, de forma proporcional, em melhorias significativas na qualidade do ensino, sugerindo que o desafio para a educação brasileira não se limita ao volume de recursos, mas envolve também questões de gestão, eficiência e foco nos resultados educacionais.

**| Figura 9 | Composição do Investimento Público por Nível de Ensino, como percentual do PIB, 2000–2021**

Fonte: INEP (2023).

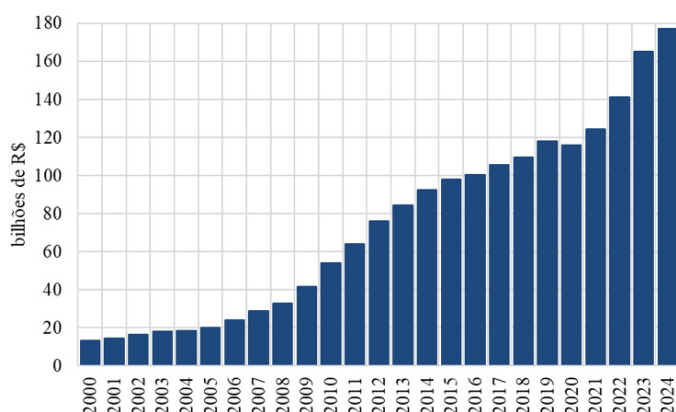


A relação entre gasto público e desempenho educacional no Brasil expõe uma ineficiência preocupante. Nos últimos anos, o país tem investido entre 4,5% e 4,9% do PIB em educação

básica<sup>8</sup>, patamar comparável ao de nações desenvolvidas. No entanto, os resultados obtidos são significativamente inferiores. O problema não está necessariamente na falta de recursos, mas na má alocação dos investimentos, com despesas concentradas em folha de pagamento e baixa eficiência na distribuição de insumos pedagógicos.

### [ Figura 10 | Volume de recursos empenhados pelo Ministério da Educação no Brasil, 2000-2024

Fonte: MPO (2025).



A estratégia de reforçar educação brasileira por meio do reforço do financiamento público foi intensificada a partir da publicação da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), transformando-o em um mecanismo permanente de financiamento da educação básica no Brasil, com vigência a partir de 2021. Uma das principais inovações dessa legislação foi a ampliação significativa da complementação da União ao Fundeb, que passou de 10% para 23% do total de recursos dos estados e municípios, de forma progressiva, até 2026.

Essa mudança representa um aumento substancial na participação do governo federal no financiamento da educação básica, visando a

reduzir as desigualdades regionais e melhorar a equidade no acesso à educação de qualidade. A complementação é dividida em três modalidades:

- Complementação Valor Aluno Ano Fundeb: representa a maior parte da complementação, sendo destinada aos entes federativos que não alcançam o valor mínimo nacional por aluno, garantindo um piso de financiamento por estudante.
- Complementação Valor Aluno Ano Total: introduz um critério de equidade, ao considerar não apenas o valor por aluno, mas também as diferenças socioeconômicas e as condições específicas de cada rede de ensino, priorizando os municípios mais vulneráveis.
- Complementação de Incentivo à Melhoria da Gestão e Desempenho Educacional: visa a estimular os estados e municípios a melhorarem a eficiência na gestão dos recursos e os resultados educacionais ao vincular parte da complementação a indicadores de qualidade e desempenho.

Embora o Brasil tenha optado, ao longo das últimas décadas, por concentrar sua estratégia de melhoria da educação básica no aumento contínuo de recursos, os indicadores de qualidade não acompanharam esse esforço, conforme observado na seção anterior. Ainda assim, a regulamentação do novo Fundeb reafirma essa abordagem, ampliando ainda mais os repasses às redes públicas estaduais e municipais. Contudo, não há evidências claras de que a simples ampliação de recursos, sem uma mudança estrutural na gestão e no foco em resultados, seja suficiente para garantir uma educação de qualidade. Talvez seja necessário considerar estratégias complementares, que combinem financiamento adequado com inovação, gestão eficiente e políticas de avaliação mais robustas para efetivamente transformar a

<sup>8</sup> INEP (2025).

educação brasileira, contando com o apoio da iniciativa privada e da sociedade como um todo.

#### II.IV. Análise da desigualdade no acesso à educação

A desigualdade no acesso à educação no Brasil é refletida nos perfis socioeconômicos dos alunos das redes pública e privada. Segundo dados do Censo Escolar e da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), mais de 80% dos estudantes brasileiros frequentam escolas públicas, enquanto a rede privada atende uma parcela minoritária, composta majoritariamente por alunos de famílias com maior renda. Essa divisão impacta diretamente o desempenho acadêmico, uma vez que a qualidade da infraestrutura, dos professores e dos materiais didáticos costuma ser superior no setor privado.

Mesmo dentro de um mesmo bairro, as diferenças entre escolas privadas e públicas são evidentes. Via de regra, comparações de infraestrutura e desempenho mostram que escolas privadas frequentemente dispõem de melhores instalações, laboratórios equipados, bibliotecas e acesso a tecnologia, enquanto muitas escolas públicas carecem de recursos básicos. Essas discrepâncias se traduzem em desempenho acadêmico: alunos da rede privada costumam obter pontuações significativamente mais altas em exames padronizados, o que reforça a vantagem competitiva dos estudantes de maior renda no acesso ao ensino superior e ao mercado de trabalho.

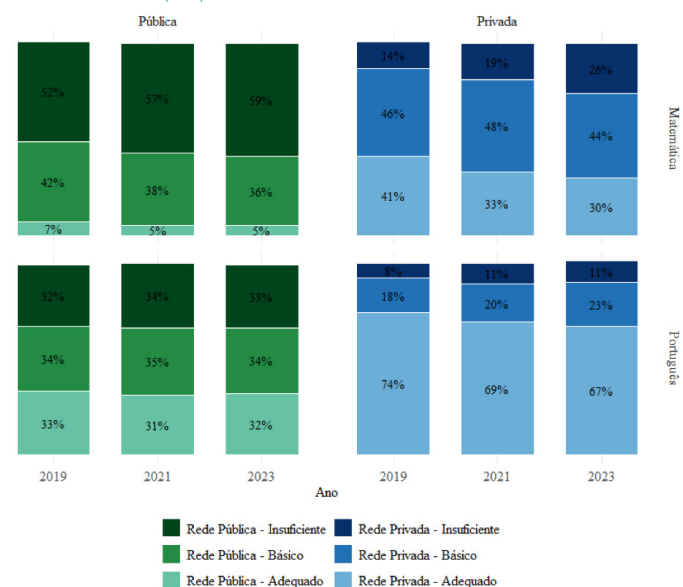
A Figura 11 apresenta a evolução do desempenho dos alunos do 3º ano do Ensino Médio em Língua Portuguesa e Matemática, entre os anos de 2019 e 2023, desagregada por rede de ensino. Os dados evidenciam a persistência de desigualdades significativas no aprendizado. Em 2023, apenas 5% dos estudantes da rede pública demonstraram nível de aprendizado adequado em Matemática,

enquanto na rede privada esse percentual foi de 30%. Em Língua Portuguesa, a diferença também é substancial: 32% dos alunos da rede pública atingiram o nível adequado, frente a 67% na rede privada.

Além da baixa proporção de alunos com desempenho satisfatório na rede pública, observa-se um agravamento dos níveis insuficientes ao longo do período analisado. Em Matemática, por exemplo, a proporção de estudantes da rede pública classificados como insuficientes passou de 52% em 2019 para 59% em 2023. Na rede privada, embora também tenha havido piora, o percentual de alunos nesse nível foi de 26% em 2023 — menos da metade do registrado na rede pública.

**| Figura 11 | Porcentagem de alunos do 3º ano do Ensino Médio com nível de aprendizado adequado, por redes de ensino e disciplinas, 2011-2019**

Fonte: INEP - SAEB (2025).



A pandemia de Covid-19 desempenhou papel central nesse processo de aprofundamento das desigualdades. A suspensão das aulas presenciais e a transição para o ensino remoto revelaram e ampliaram as assimetrias no acesso a recursos digitais e à conectividade. Enquanto parte significativa dos alunos da rede privada teve acesso

relativamente contínuo às atividades escolares, com apoio familiar e infraestrutura adequada, muitos estudantes da rede pública enfrentaram dificuldades severas de acesso à internet, ausência de dispositivos e ambientes inadequados de estudo. Estudo elaborado pela FGV Clear e pela Fundação Lemann (2021), estimam que as perdas de aprendizagem no período pandêmico equivalem, em média, a um ano letivo — com impactos mais agudos entre os estudantes de menor renda.

As implicações dessas disparidades ultrapassam o desempenho acadêmico imediato. A literatura sobre mobilidade social indica que a qualidade da educação básica constitui um dos principais determinantes das trajetórias educacionais e ocupacionais dos indivíduos<sup>9</sup>. Em países com sistemas educacionais mais equitativos, como Finlândia e Canadá, a origem socioeconômica exerce influência limitada sobre os resultados educacionais. No contexto brasileiro, entretanto, a baixa qualidade da educação pública, associada à segregação escolar, tende a cristalizar desigualdades preexistentes, restringindo a mobilidade intergeracional e contribuindo para a reprodução dos ciclos de pobreza.

## **II.V. Possibilidades de parceria para melhorar a gestão escolar**

A avaliação contínua das políticas públicas é um elemento essencial para a construção de um sistema educacional eficaz. Sem mecanismos robustos de monitoramento e análise de impacto, corre-se o risco de perpetuar estratégias ineficientes, alocando recursos de forma inadequada e comprometendo o futuro das novas gerações. Se os resultados educacionais seguem insatisfatórios ao longo dos anos, é preciso ter

a coragem e a ousadia de revisar estratégias, corrigir o rumo e, quando necessário, promover mudanças estruturais mais profundas. A tomada de decisão baseada em evidências deve ser um princípio norteador na formulação e reformulação das políticas educacionais, garantindo que os investimentos feitos de fato resultem na melhoria da qualidade do ensino.

No Brasil, diversos programas federais têm sido implementados com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino, como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que garante materiais pedagógicos para estudantes da rede pública, e a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), que busca padronizar diretrizes de ensino. Apesar desses esforços, os avanços em indicadores como o Ideab e o Seab ainda são tímidos, sugerindo que a qualidade da educação depende não apenas de diretrizes gerais, mas também da gestão eficiente das redes de ensino. A análise sobre esses programas e ações mostra avanços incrementais para os desafios que pretendem resolver, mas em conjunto, não demonstram trazer impacto relevante de resultados diante da complexidade do problema, uma vez que eles ampliam recursos para o setor, mas não alteram a estrutura educacional, tampouco os incentivos para as redes municipais e estaduais de educação.

Diante desse cenário, alguns estados e municípios brasileiros têm buscado alternativas e adotado modelos híbridos, estabelecendo parcerias com o setor privado para aprimorar a gestão educacional. Em Minas Gerais, o Projeto Somar, iniciado em 2021, prevê que escolas sejam administradas por organizações sociais, mantendo a gratuidade para os alunos. No Paraná, o programa Parceiro da Escola<sup>10</sup> propõe, a partir de 2025, o estabelecimento de parcerias do estado com instituições especializadas em

<sup>9</sup> Barros et al. (2009); OECD (2018).

<sup>10</sup> <https://www.parana.pr.gov.br/parceiro-da-escola>

gestão educacional, a fim de otimizar a gestão administrativa e de infraestrutura das escolas. O objetivo é permitir que diretores e gestores se concentrem mais na qualidade educacional, desenvolvendo metodologias pedagógicas, treinando professores e acompanhando o progresso dos alunos<sup>11</sup>. São Paulo também está implementando um modelo similar, com a construção e gestão de novas escolas por empresas privadas<sup>12</sup>.

Esses projetos têm como objetivo melhorar a eficiência administrativa, permitindo que os diretores se concentrem nas questões pedagógicas, enquanto a gestão administrativa é realizada por terceiros. Os contratos geralmente envolvem repasses *per capita*, com base no número de alunos matriculados, e metas de melhoria nos índices educacionais, como o Ideb. Essas experiências piloto em Minas Gerais e Paraná têm mostrado resultados positivos, como aumento das taxas de aprovação e maior participação das famílias nas atividades escolares. Em Minas Gerais, por exemplo, no primeiro ano de funcionamento do Projeto Somar, as três primeiras escolas que participaram do projeto, selecionadas como piloto por apresentarem notas abaixo da média, já observaram melhoria em seus resultados no Ideb, passando a superar a média estadual<sup>13</sup>.

Esses exemplos demonstram que a gestão educacional pode ser aprimorada por meio de modelos híbridos, nos quais o setor público

mantém seu papel central na oferta da educação, mas abre espaço para colaborações estratégicas com o setor privado e organizações especializadas. Mais do que insistir em soluções que já mostraram seus limites, é necessário avaliar constantemente os resultados obtidos e ter a disposição para inovar quando as evidências apontam para novas direções.

Diante desse panorama, fica claro que o Brasil precisa repensar sua abordagem educacional, focando não apenas no financiamento, mas também na eficiência e na qualidade do ensino oferecido. A próxima seção deste relatório irá explorar alternativas, inspiradas em casos internacionais, que possam contribuir para a construção de um sistema educacional mais justo e eficaz no Brasil.

### **III. Referências internacionais: o que podemos aprender?**

#### **III.I. Modelos de excelência na educação**

A busca por soluções eficazes para os desafios educacionais não é exclusiva do Brasil. Diversos países têm experimentado diferentes modelos de gestão e financiamento da educação, alguns com resultados interessantes. Nesta seção, analisamos brevemente algumas experiências internacionais que podem oferecer *insights* para aprimorar a qualidade do ensino no país.

##### **III.I.I. Estados Unidos: *charter schools* e evidências do *National Charter School Study***

As *charter schools* nos Estados Unidos são escolas públicas gerenciadas de forma independente, com maior autonomia em relação às escolas públicas tradicionais. Estudos do *Center for Research on Education Outcomes (CREDO)* da Universidade de Stanford<sup>14</sup>, realizados em 2009, 2013 e 2023, analisaram o desempenho dessas

<sup>11</sup> No Paraná, aproximadamente 200 escolas passarão por um processo de votação. Todos participam: professores, pais e alunos vão escolher se querem ou não o novo modelo. Os colégios considerados elegíveis para receber o programa Parceiro da Escola foram selecionados por suas necessidades de aprimoramento pedagógico. As instituições parceiras serão escolhidas por meio de um processo licitatório público, a fim de se garantir a transparência do processo. Nas escolas participantes, os professores e funcionários efetivos continuarão em suas posições, enquanto as demais vagas serão preenchidas pelas instituições parceiras, em regime CLT e com salários equivalentes aos praticados pelo estado.

<sup>12</sup> <https://revistaeducacao.com.br/2024/11/18/privatizacao-gestao-escolas-publicas/>

<sup>13</sup> <https://www.educacao.mg.gov.br/escolas-do-projeto-somar-melhoram-desempenho-no-ideb-2023-e-superam-a-media-estadual/>

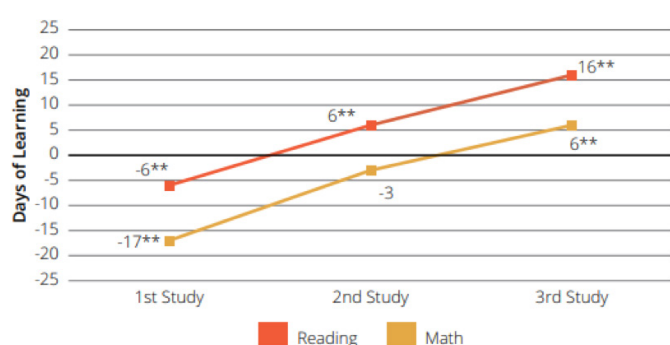


escolas ao longo de 15 anos, abrangendo até o período pré-pandemia (2018–19). Os resultados mostraram uma melhoria contínua na qualidade das *charter schools* desde 2009. Na avaliação mais recente, em 2023, em média, os alunos dessas escolas tiveram dezesseis dias adicionais de aprendizado em leitura por ano, em comparação com seus pares das escolas públicas tradicionais.

A Figura 12 mostra que, entre 2009 e 2023, os alunos de escolas *charter* nos Estados Unidos apresentaram melhorias significativas no desempenho acadêmico, em comparação com os alunos das escolas públicas regulares, conforme três grandes estudos nacionais conduzidos pelo CREDO. No primeiro estudo, em 2009, em comparação com os alunos das escolas regulares, os alunos das escolas *charter* apresentavam perdas médias de 6 dias de aprendizado em leitura e 17 dias em matemática. No segundo estudo, em 2013, houve uma reversão para ganhos de 6 dias em leitura e uma redução das perdas para 3 dias negativos em matemática. No terceiro estudo, em 2023, os alunos alcançaram ganhos de 16 dias em leitura e 6 dias em matemática, ambos estatisticamente significativos, indicando uma tendência clara de melhoria contínua, tanto em leitura quanto em matemática<sup>15</sup>.

**[ Figura 12 | Evolução acadêmica de alunos de escolas *charter* Estados Unidos, 2009-2023**

Fonte: CREDO (2023).



Além disso, o estudo reforçou que as *charter schools*, especialmente aquelas operadas por organizações bem estruturadas, conseguem reduzir lacunas de aprendizado entre grupos de estudantes. O estudo também destacou que o modelo de “flexibilidade com responsabilização” adotado pelas *charter schools* é um fator determinante para seu desempenho positivo e que a supervisão rigorosa das escolas, incluindo o fechamento das de baixo desempenho, é essencial para garantir qualidade educacional.

### III.I.II. Nova York: *Success Academy* e seus diferenciais pedagógicos

A *Success Academy*, uma rede de *charter schools* em Nova York fundada em 2006 por Eva Moskowitz, se destaca por seus métodos pedagógicos diferenciados, incluindo um currículo rigoroso e ênfase em disciplinas como ciências e artes desde os primeiros anos escolares. Essa abordagem tem levado a resultados acadêmicos superiores, com alunos frequentemente superando seus pares das escolas públicas tradicionais em avaliações estaduais. Em 2024, por exemplo, os alunos da rede tiveram 96% de aprovação em exames de matemática, em comparação a 60% dos alunos de outras *charter schools* e de 53% da média geral das escolas de Nova York<sup>16</sup>.

De acordo com um estudo de caso da *Harvard Business School*, a *Success Academy* implementa princípios empresariais, como altas expectativas, testes rigorosos e uma cultura de inovação e experimentação, contribuindo para resultados positivos dos alunos<sup>17</sup>. Além disso, a rede tem sido eficaz em eliminar a disparidade de desempenho entre estudantes de diferentes origens socioeconômicas, com alunos de famílias

<sup>14</sup> <https://ncss3.stanford.edu/>

<sup>15</sup> <https://ncss3.stanford.edu/wp-content/uploads/2023/06/Credo-NCSS3-Report.pdf>

<sup>16</sup> <https://www.successacademies.org/results/>

<sup>17</sup> <https://www.hbs.edu/faculty/Pages/item.aspx?num=61981>

de baixa renda alcançando níveis de desempenho comparáveis aos de estudantes mais favorecidos.

A *Success Academy* também se destaca por sua atenção aos detalhes, incluindo o *design* cuidadoso das salas de aula, treinamento extensivo para a equipe e um currículo bem estruturado e desafiador. A rede mantém uma relação estreita com os pais, o que contribui para o sucesso dos alunos. Devido à alta demanda, as vagas são distribuídas por meio de sorteio, com uma média de seis candidatos por vaga e observando que, em algumas regiões da cidade, mais de 90% dos estudantes elegíveis tentam uma vaga na rede<sup>18</sup>.

### **III.III. West Virginia: Cardinal Institute e a defesa da escolha educacional**

O *Cardinal Institute for West Virginia Policy* é um *think tank* que promove políticas de escolha educacional no estado, defendendo iniciativas que ampliam a autonomia das famílias na definição da trajetória educacional de seus filhos. Entre as principais propostas está o incentivo a *vouchers* educacionais, *charter schools*, educação domiciliar e outras alternativas ao modelo tradicional de ensino público, garantindo que as opções disponíveis atendam melhor às necessidades individuais dos estudantes<sup>19</sup>.

A defesa da liberdade educacional em West Virginia busca romper com o modelo único de ensino, substituindo-o por um sistema mais flexível e competitivo, no qual escolas e instituições de ensino são incentivadas a inovar para atrair e reter alunos. Esse princípio orienta a estruturação de políticas como:

- *Education Savings Accounts* (ESAs): no estado, o *Hope Scholarship* é um programa que fornece suporte financeiro direto às

famílias para cobrir despesas educacionais, garantindo que os recursos sigam os alunos, não apenas as instituições. A flexibilidade desse mecanismo permite que famílias escolham entre escolas privadas, ensino domiciliar e outros formatos educacionais personalizados.

- *Charter Schools*: essas escolas representam uma alternativa inovadora ao modelo público tradicional, com maior autonomia para definir currículos e métodos pedagógicos. O debate atual em West Virginia inclui a remoção do limite para a criação de novas *charter schools* presenciais e virtuais, permitindo que mais famílias tenham acesso a essa opção.

- *Tax Credit Scholarships* e *Open Enrollment*: Essas políticas ampliam ainda mais a gama de escolhas disponíveis, possibilitando que alunos estudem em escolas públicas ou privadas fora de sua área geográfica de residência, promovendo uma melhor adequação entre as necessidades dos estudantes e as instituições disponíveis.

Além da educação básica, a agenda de reformas educacionais no estado inclui debates sobre o financiamento da educação pública, a necessidade de reestruturação dos planos de remuneração e aposentadoria dos professores (que representam parte substantiva do custo educacional) e o impacto do corpo docente no desempenho acadêmico. Na área do ensino superior, as discussões se concentram na relação entre o custo dos cursos e o retorno financeiro para os estudantes, garantindo que os investimentos em educação superior sejam sustentáveis e alinhados às demandas do mercado de trabalho.

Ao priorizar políticas centradas no aluno e na ampliação das opções educacionais, West Virginia busca construir um sistema mais dinâmico, responsivo e eficiente, promovendo a excelência

<sup>18</sup> <https://nypost.com/2022/03/26/harvard-study-can-teach-ny-officials-the-secrets-of-success-academy-s-success/>

<sup>19</sup> <https://cardinalinstitute.com/education-freedom/>

acadêmica e ampliando oportunidades para todos os estudantes.

### **III.IV. Inglaterra: *Free schools* e a possibilidade de inovar na educação (com melhores resultados)**

Na Inglaterra, existem as *free schools*, que são escolas financiadas pelo governo, mas não administradas por uma autoridade local. Elas podem ser estabelecidas por uma instituição de caridade, um grupo comunitário, por empresas ou mesmo pelos próprios pais. Elas têm mais autonomia sobre como atuar: por exemplo, podem decidir se devem seguir ou não o currículo nacional, definir os salários dos colaboradores ou a duração do calendário e dos períodos escolares. Entretanto, elas precisam seguir as mesmas regras sobre inspeções do Ofsted (agência do governo britânico que define os padrões educacionais) aplicadas às escolas estatais convencionais.

Nas *free schools*, assim como no sistema de escolas públicas, não há taxas para os pais pagarem. O termo “*free*”, além de se referir ao fato de ser gratuito para as famílias, é entendido também no sentido de as escolas serem livres para tomar suas próprias decisões.

A *One Degree Academy* e a *Michaela Community School* são exemplos de escolas inglesas que adotaram abordagens inovadoras para melhorar o desempenho dos alunos. A *Michaela Community School*, por exemplo, é conhecida por sua disciplina rigorosa e foco acadêmico intenso, o que resultou em altos índices de desempenho estudantil. Por exemplo, na avaliação realizada em 2024 para alunos de 11 a 19 anos, 81% dos alunos da escola foram considerados aptos para o *English Baccalaureate*, que compreende qualificações positivas em inglês, matemática, ciências, um segundo idioma e história ou geografia. A título de comparação, nessa mesma avaliação, a média de atingimento das escolas na região foi de 64,9% dos

alunos, enquanto a média nacional na Inglaterra foi de 40,4% dos alunos<sup>20</sup>.

No final do ensino secundário no Reino Unido, há vários indicadores de desempenho disponíveis para avaliar o progresso dos alunos, sendo o principal deles o *Progress 8*, que mede o desempenho dos alunos em oito disciplinas e é ajustado para levar em conta o nível de desempenho dos alunos ao entrarem no ensino médio. Uma pontuação positiva indica que os alunos tiveram um progresso superior ao esperado, em comparação com colegas de desempenho inicial semelhantes em todo o país. A Figura 13 mostra que, em 2017, as 54 *free schools* com alunos no final do ensino secundário alcançaram uma pontuação média de +0,10 no *Progress 8*, o que representa, em média, um avanço de um décimo de nota em cada disciplina. Este valor foi o mais alto entre os principais grupos escolares, ao lado das *converter academies*.

**| Figura 13 | Resultados do exame *Progress 8* ao final do ensino secundário na Inglaterra, por tipo de escola, 2017**

Fonte: EPI (2017).



### **III.IV. Chile e Colômbia: *vouchers* educacionais e o impacto no aprendizado na América Latina**

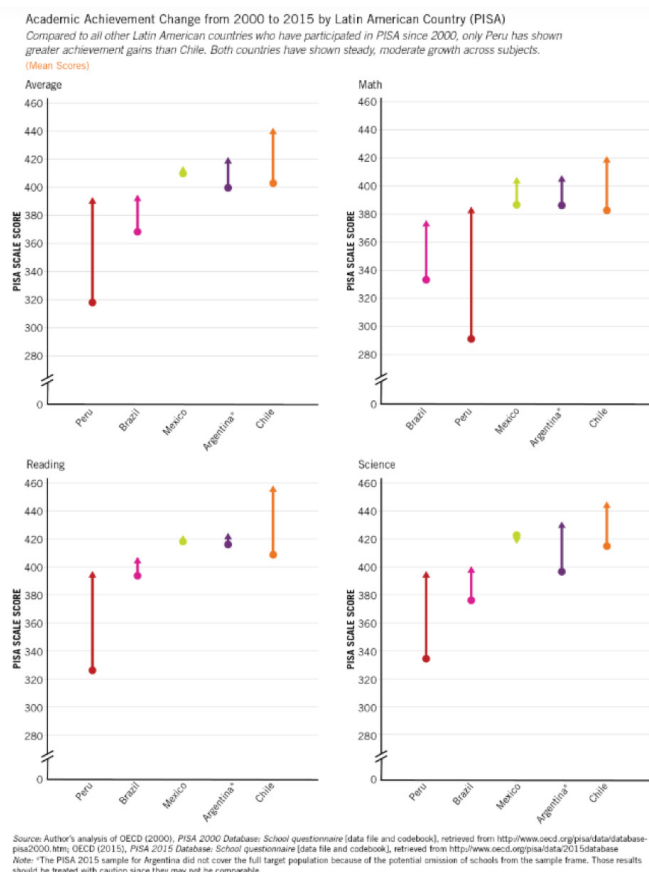
Na América do Sul, tanto o Chile quanto a Colômbia implementaram reformas educacionais

<sup>20</sup> <https://www.compare-school-performance.service.gov.uk/school/140862/michaela-community-school/secondary>

visando a aumentar a qualidade e a equidade no ensino. No Chile, o sistema de *vouchers* educacionais, implementado em 1981, permitiu que famílias escolhessem entre escolas públicas e privadas, garantindo que o financiamento seguisse os alunos. Esse modelo resultou em melhoria no desempenho acadêmico e posicionou o país consistentemente à frente de outras nações latino-americanas em avaliações internacionais, como o PISA. Entre 2000 e 2015, o Chile registrou ganhos acadêmicos consideráveis em matemática, leitura e ciências, superando a maioria dos países da região<sup>21</sup>.

#### | Figura 14 | Evolução do desempenho acadêmico no PISA, por países latino-americanos selecionados, 2000-2015

Fonte: EPI (2017).



Além disso, ao contrário de preocupações iniciais, estudos indicam que o sistema chileno não agravou a segregação socioeconômica nas escolas. Embora todas as nações latino-americanas apresentem algum grau de segregação educacional, o modelo de livre escolha do Chile parece ter ajudado a conter o agravamento desse fenômeno. Reformas recentes também buscaram corrigir desigualdades, aumentando o suporte financeiro para estudantes de baixa renda cujos *vouchers* não cobriam integralmente os custos de escolas privadas<sup>22</sup>.

Na Colômbia, programas como o Programa de Ampliación de Cobertura de la Educación Secundaria (PACES) forneceram *vouchers* para estudantes de baixa renda frequentarem escolas privadas, resultando em maiores taxas de conclusão do ensino médio, melhor desempenho acadêmico e menores índices de repetência. Como muitos *vouchers* foram distribuídos por meio de um sistema de loteria, foi possível medir de forma mais precisa os efeitos do programa<sup>23</sup>.

Três anos após a implementação, os resultados mostraram que não houve diferença significativa na taxa de matrícula entre os vencedores e perdedores da loteria, com a maioria dos alunos ainda frequentando a escola. No entanto, os beneficiários dos *vouchers* tinham 15 pontos percentuais a mais de probabilidade de frequentar escolas privadas, completaram, em média, 0,1 ano a mais de escolaridade e foram 10 pontos percentuais mais propensos a concluir o 8º ano, principalmente por repetirem menos de ano. Além disso, obtiveram médias 0,2 desvios-padrão acima nos testes padronizados.

Um estudo anterior da *American Economic Review* demonstrou que o PACES teve um impacto mais forte na educação das meninas do que dos

<sup>21</sup> <https://www.edchoice.org/engage/what-the-latest-data-say-about-chiles-school-voucher-system/>

<sup>22</sup> <https://publications.iadb.org/en/consequences-educational-voucher-reform-chile/>

<sup>23</sup> <https://www.povertyactionlab.org/evaluation/vouchers-private-schooling-colombia>

meninos<sup>24</sup>. Além disso, os alunos contemplados pelo programa tinham um incentivo adicional para evitar a repetência, pois a renovação do voucher dependia do desempenho escolar.

Os impactos econômicos do PACES também foram expressivos. A análise sugere que os benefícios financeiros do aumento da escolaridade superaram amplamente os custos do programa para as famílias e o governo. A projeção indica que os participantes do PACES têm potencial para aumentar sua renda anual entre US\$36 e US\$300, dependendo do efeito dos melhores desempenhos nos testes.

No longo prazo, sete anos após a loteria, constatou-se que os vencedores do PACES tinham maior probabilidade de prestar o exame nacional de ingresso ao ensino superior, um forte indicador da conclusão do ensino médio, já que 90% dos concluintes fazem essa prova. Estima-se que o PACES elevou as taxas de conclusão do ensino médio entre 5 e 7 pontos percentuais, em uma base inicial de 25 a 30%.

Os resultados sugerem que programas de financiamento baseado na demanda, como o PACES, podem ser uma estratégia eficaz e custo-benefício para ampliar o acesso à educação de qualidade, especialmente em países com infraestrutura pública escolar fraca e um setor privado educacional bem desenvolvido. O caso colombiano reforça a tese de que oportunidades ampliadas de escolha escolar podem gerar impactos positivos de longo prazo no aprendizado e na renda dos indivíduos.

Embora os modelos de escolha educacional no Chile e na Colômbia ainda passem por ajustes e debates, as evidências sugerem que esses sistemas representam avanços significativos na busca por um ensino mais eficiente e equitativo na América Latina.

### **III.I.VI. África do Sul: Inovações educacionais e desafios estruturais**

A África do Sul tem enfrentado desafios significativos em seu sistema educacional, incluindo desigualdades estruturais e infraestrutura inadequada. No entanto, iniciativas inovadoras, como parcerias público-privadas e o uso de tecnologia na educação, têm sido implementadas para abordar essas questões e melhorar os resultados educacionais. A expansão do acesso à internet, a integração de plataformas de ensino a distância e programas de capacitação digital têm ajudado a reduzir barreiras geográficas e ampliar as oportunidades de aprendizado, especialmente em áreas rurais. Além disso, a ênfase no desenvolvimento de habilidades para a Quarta Revolução Industrial (4IR), com cursos voltados para programação, ciência de dados e inteligência artificial, busca alinhar a formação dos estudantes às demandas do mercado de trabalho.

Programas como o *National Skills Fund* e iniciativas de parceria entre instituições de ensino e empresas, como o *codeX*, têm sido fundamentais para conectar os jovens ao setor produtivo. Também há avanços na educação inclusiva, com o uso de tecnologias assistivas para estudantes com deficiência, e um crescimento do empreendedorismo educacional, com hubs de inovação e incubadoras apoiando jovens empreendedores.

Apesar desses avanços, o país ainda enfrenta uma crise de aprendizagem que compromete sua capacidade de promover crescimento inclusivo. Segundo o Banco Mundial (2025), cerca de 80% dos alunos do 4º ano não compreendiam adequadamente o que liam em 2021. Além disso, o orçamento para a educação básica tem diminuído em termos reais, enquanto a demanda por vagas aumenta, com a necessidade de acomodar 1,2 milhão de alunos adicionais até 2030.

Nesse contexto, o Banco Mundial (2025)

<sup>24</sup> <https://economics.mit.edu/sites/default/files/publications/Vouchers%20for%20Private%20Schooling%20in%20Colombia.pdf>



sugere que a África do Sul vá além dos modelos tradicionais de parceria com o setor privado para ampliar a oferta de educação de qualidade. Entre as alternativas propostas estão o financiamento de escolas independentes que atendem comunidades de baixa renda, o fortalecimento das *Collaboration Schools* com um marco legal mais robusto e a introdução de modelos inovadores como *charter schools* ou *free schools*. Tais abordagens preveem, por exemplo, que escolas públicas com desempenho insatisfatório sejam geridas por provedores não estatais com maior autonomia, mas submetidos a elevados padrões de prestação de contas. Já no caso da criação de novas escolas, o governo poderia assumir a construção da infraestrutura enquanto organizações independentes disputariam a gestão por meio de contratos com metas claras de desempenho. Para isso, seria essencial garantir financiamento estável e atrair uma diversidade de operadores qualificados.

Em conjunto, essas estratégias reforçam a recomendação de priorizar a educação infantil e os primeiros anos escolares com intervenções estruturadas em alfabetização e matemática. A adoção de padrões profissionais para docentes e a revisão dos critérios de financiamento escolar são vistos como medidas-chave para melhorar a equidade, a eficiência e, sobretudo, a capacidade do sistema de gerar mobilidade social e crescimento econômico sustentável.

### **III.II. O papel da escolha educacional**

A possibilidade de escolha educacional por parte de famílias de baixa renda e a autonomia pedagógica das instituições escolares são temas que frequentemente enfrentam resistência no Brasil. A ideia de que estudantes provenientes de contextos vulneráveis possam frequentar escolas privadas de excelência com financiamento público ainda é objeto de controvérsia, sobretudo entre setores que historicamente associam a educação a

um instrumento de diferenciação social. Soma-se a isso a rigidez normativa das redes públicas, que, ao adotar diretrizes centralizadas, restringem a diversidade de métodos pedagógicos e dificultam a inovação em contextos locais heterogêneos.

No Brasil, escolas que adotam propostas alternativas – como a pedagogia Waldorf, o método montessoriano ou abordagens construtivistas – concentram-se quase exclusivamente no setor privado, tornando-se inacessíveis para a maioria da população. Essa limitação compromete a equidade e reforça a lógica segundo a qual metodologias diferenciadas seriam um privilégio – e não uma escolha legítima no âmbito de políticas públicas educacionais.

Experiências internacionais oferecem subsídios empíricos relevantes. No Reino Unido, a reforma que converteu escolas públicas de baixo desempenho em academias com maior grau de autonomia resultou em melhoras significativas nos indicadores de desempenho educacional. Eyles, Hupkau e Machin (2016) demonstram que alunos matriculados nessas escolas após a conversão obtiveram ganhos equivalentes a 29% de um desvio padrão nos exames de final do ensino secundário quando expostos por quatro anos ao novo modelo. Além disso, a probabilidade de conclusão do ensino superior entre esses estudantes aumentou em cerca de 10% em relação à média do grupo controle. Tais efeitos foram particularmente intensos entre alunos elegíveis para programas de alimentação gratuita – um indicador de vulnerabilidade – e entre escolas localizadas em Londres, região que concentrava escolas historicamente mal avaliadas.

Nos Estados Unidos, as *charter schools* vêm apresentando resultados similares. Análises realizadas por Abdulkadiroglu et al. (2011) e Angrist et al. (2013), com base em sorteios aleatórios de matrícula em escolas com excesso de demanda, identificaram impactos positivos consistentes nos resultados de matemática e leitura, especialmente

entre alunos de baixa renda residentes em áreas urbanas. Os ganhos não se limitaram ao desempenho em testes padronizados: Dobbie e Fryer (2014) observaram que frequentar uma *charter school* de alto desempenho em Nova York esteve associado a maior probabilidade de ingresso e permanência no ensino superior, além de menor taxa de encarceramento entre jovens do sexo masculino.

Esses modelos compartilham elementos centrais: financiamento público, gestão autônoma, metas de desempenho e liberdade para a definição de práticas curriculares e de gestão. A conversão de escolas mal avaliadas em instituições com maior autonomia – associada a mudanças na liderança, na composição do corpo docente e no desenho curricular – mostrou-se, segundo Machin (2016), eficaz na elevação da qualidade educacional sem aumentar desigualdades.

No Brasil, o Programa Universidade para Todos (Prouni) constitui um exemplo concreto de política pública que, ao subvencionar o acesso de estudantes de baixa renda a instituições privadas de ensino superior, obteve avanços importantes em inclusão e mobilidade social. No entanto, políticas análogas voltadas à educação básica ainda enfrentam forte resistência normativa e ideológica. A ampliação da liberdade de escolha das famílias e da autonomia das escolas – públicas ou privadas conveniadas – deve ser compreendida não como ameaça à educação pública, mas como uma estratégia de qualificação e diversificação do sistema. À luz das evidências internacionais, restringir a escolha educacional às famílias de maior renda equivale a perpetuar desigualdades de origem.

#### **IV. Considerações finais**

A análise apresentada ao longo deste relatório evidenciou que, apesar dos avanços na universalização do acesso ao ensino básico

no Brasil, desafios estruturais persistentes impedem melhorias significativas na qualidade educacional. O país tem investido consideráveis recursos financeiros na educação, em patamares comparáveis aos de nações desenvolvidas, sem, entretanto, obter resultados proporcionais em termos de aprendizado e desempenho acadêmico.

Indicadores nacionais e internacionais mostram uma estagnação crônica da qualidade do ensino, destacando desigualdades profundas relacionadas ao contexto socioeconômico dos estudantes e à segregação entre redes pública e privada. Os efeitos da pandemia da COVID-19 agravaram ainda mais essas disparidades, evidenciando a necessidade urgente de intervenções estratégicas mais eficazes.

Experiências internacionais analisadas sugerem caminhos promissores por meio de modelos alternativos, como os *vouchers* educacionais e as *charter schools*. Esses modelos enfatizam maior liberdade de escolha para as famílias, autonomia pedagógica das escolas e parcerias estratégicas com o setor privado, resultando em melhorias significativas de desempenho acadêmico e maior equidade educacional.

A análise das evidências indica a necessidade de o Brasil repensar seu modelo educacional, indo além da mera ampliação de recursos financeiros. É fundamental que os investimentos estejam aliados a mudanças estruturais, adotando estratégias inovadoras e uma gestão educacional mais eficiente e orientada por resultados. A implementação de políticas baseadas em evidências e a abertura para modelos híbridos, com maior participação da sociedade civil, podem romper o atual ciclo de baixa aprendizagem, promovendo inclusão social, qualidade educacional e equidade.

Finalmente, cabe destacar que o desafio para transformar a educação brasileira é complexo e demanda coragem para inovar e perseverança para implementar mudanças profundas. Trata-se não

---

apenas de ampliar recursos, mas de repensar e renovar as estratégias de gestão, monitoramento e avaliação, garantindo, dessa forma, um futuro mais promissor para as próximas gerações de brasileiros.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABDULKADIROGLU, A.; ANGRIST, J. D.; DYNARSKI, S.; KANE, T. J.; PATHAK, P. A. Accountability and flexibility in public schools: evidence from Boston's charters. *Quarterly Journal of Economics*, v. 126, n. 2, p. 699–748, 2011.

ANGRIST, J.; BETTINGER, J.; BLOOM, E.; KING, E.; KREMER, M. Vouchers for Private Schooling in Colombia: Evidence from a Randomized Natural Experiment. *The American Economic Review*, 92 (5), p. 1535-1558, 2002. Pittsburgh, PA: AEA, 2002. Disponível em: <https://economics.mit.edu/sites/default/files/publications/Vouchers%20for%20Private%20Schooling%20in%20Colombia.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2025.

ANGRIST, J.; BETTINGER, J.; BLOOM, E.; KING, E.; KREMER, M.; SAAVEDRA, J. Vouchers for Private Schooling in Colombia. The Abdul Latif Jameel Poverty Action Lab (J-PAL), 2009. Cambridge, MA: J-PAL, 2009. Disponível em: <https://www.povertyactionlab.org/evaluation/vouchers-private-schooling-colombia>. Acesso em: 11 mar. 2025.

ANGRIST, J. D.; PATHAK, P. A.; WALTERS, C. R. Explaining charter school effectiveness. *American Economic Journal: Applied Economics*, v. 5, n. 4, p. 1–27, 2013.

AVANCINI, M. Privatização da escola pública: as experiências de Minas e Paraná. *Revista Educação*, 18 nov. 2024. São Paulo: Revista Educação, 2024. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2024/11/18/privatizacao-gestao-escolas-publicas/>. Acesso em: 11 mar. 2025.

BANCO MUNDIAL. South Africa economic update: Learning – Overdue reforms and emerging priorities in basic education. Report n. 197003. Washington, D.C.: World Bank Group, 2025. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/099331502032511082>. Acesso em: 21 maio 2025.

BARROS, R. P.; FRANCO, S.; MENDONCA, R.; ROSSETTI, F. Equidade e qualidade na educação

básica brasileira. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2009. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1354.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1354.pdf). Acesso em: 06 maio 2025.

BOS, M. S.; VEGAS, E. The Consequences of Educational Voucher Reform in Chile. IDB Working Paper Series nº 833, Ago. 2018. Washington, DC: IDB, 2017. Disponível em: <https://publications.iadb.org/en/consequences-educational-voucher-reform-chile/>. Acesso em: 19 mai. 2025

BROOKS, K. What the Latest Data Say About Chile's School Voucher System. EdChoice, 2 mai. 2018. Indianapolis, IN: EdChoice, 2018. Disponível em: <https://www.edchoice.org/what-the-latest-data-say-about-chiles-school-voucher-system/>. Acesso em: 11 mar. 2025.

CARDINAL INSTITUTE for West Virginia Policy. Educational Freedom. Charleston, SC: Cardinal Institute, 2025. Disponível em: <https://cardinalinstitute.com/education-freedom/>. Acesso em: 11 mar. 2025.

CREDO – Center for Research on Education Outcomes. As a Matter of Fact: The National Charter School Study III 2023. Stanford, CA: Stanford University, 2023. Disponível em: <https://ncss3.stanford.edu/wp-content/uploads/2023/06/Credo-NCSS3-Report.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2025.

DOBBIE, W.; FRYER, R. G. The medium-term impacts of high-achieving charter schools. *Journal of Political Economy*, v. 123, n. 5, p. 985–1037, 2014.

EPI – Education Policy Institute. Free Schools in England. London: EPI, Nov. 2017. Disponível em: [https://epi.org.uk/wp-content/uploads/2018/01/Free\\_schools\\_EPI\\_Report\\_.pdf](https://epi.org.uk/wp-content/uploads/2018/01/Free_schools_EPI_Report_.pdf). Acesso em: 16 mai. 2025.

EYLES, A.; HUPKAU, C.; MACHIN, S. School reforms and pupil performance. *Labour Economics*, v. 41, p. 9–25, 2016.

FGV CLEAR; FUNDAÇÃO LEMANN. Síntese de evidências sobre os impactos da pandemia na educação brasileira. [S.l.]: FGV Clear; Fundação Lemann, [2021?]. Disponível em: <https://fgvclear.org>.

org/site/wp-content/uploads/sintese-de-evidencias-clear-lemann.pdf. Acesso em: 06 maio 2025.

GOV.UK. Compare school and college performance in England. London: GOV.UK, 2025. Disponível em: <https://www.compare-school-performance.service.gov.uk/school/140862/michaela-community-school/secondary>. Acesso em: 11 mar. 2025.

GREENWOOD, R.; COVAL, J.; HAN, D.; PAGE, R.; HABEEB, D. Success Academy Charter Schools. Boston, MA: Harvard Business School, February 2023. Disponível em: <https://www.hbs.edu/faculty/Pages/item.aspx?num=61981>. Acesso em: 11 mar. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Criando sinergias entre a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e o G20: caderno desigualdades – primeiras análises. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102080.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2025.

IDB – Inter-American Development Bank. Latin America and the Caribbean in PISA 2022: How Much Did the Region Improve? Washington, DC: IDB, 2023. Disponível em: <https://publications.iadb.org/en/latin-america-and-the-caribbean-in-pisa-2022-how-much-did-the-region-improve>. Acesso em: 21 abr. 2025.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar da Educação Básica – Indicadores de rendimento escolar. Brasília: INEP, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/educacao-basica/censo-escolar>. Acesso em: 30 abr. 2025.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Indicadores Financeiros Educacionais. Brasília: INEP, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/indicadores-financeiros-educacionais>. Acesso em: 16 mai. 2025.

educacionais. Acesso em: 16 mai. 2025.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Painel de Investimentos Públicos em Educação. Diretoria de Estatísticas Educacionais – DEED. Brasília: INEP, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/estatisticas-educacionais/painel-de-investimentos-publicos-em-educacao>. Acesso em: 30 abr. 2025.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Pesquisas Estatísticas e Indicadores Educacionais: Ideb - Resultados. Brasília: INEP, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em: 16 mai. 2025.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB. Brasília: INEP, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>. Acesso em: 26 maio 2025.

INSTITUTO UNIBANCO. Estudos estimam impacto da pandemia na aprendizagem. São Paulo: Instituto Unibanco, 2021. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/conteudo/estudos-estimam-impacto-da-pandemia-na-aprendizagem/>. Acesso em: 19 mai. 2025.

MEC – Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural. Brasília: MEC, s/d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pluralidade.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2025.

MPO – Ministério do Planejamento e Orçamento. Painel do Orçamento. SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento. Brasília: MPO, 2025. Disponível em: <https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opensdoc.htm>. Acesso em: 16 mai. 2025.

NEW YORK POST. Harvard study can teach NY officials the secrets of Success Academy's



... success. Editorial, 26 Mar. 2022. New York, NY: NYP, 2022. Disponível em: <https://nypost.com/2022/03/26/harvard-study-can-teach-ny-officials-the-secrets-of-success-academys-success/>. Acesso em: 11 mar. 2025.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT – OECD. Equity in education: breaking down barriers to social mobility. Paris: OECD Publishing, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/9789264073234-en>. Acesso em: 06 maio 2025.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT – OECD. PISA 2022 Database. Paris: OECD Publishing, 2023a. Disponível em: <https://www.oecd.org/pisa/data/2022database/>. Acesso em: 21 abr. 2025.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT – OECD. PISA 2022 Results (Volume I & II), country note: Brazil. OECD Publishing, 2023b. Disponível em [https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2023/11/pisa-2022-results-volume-i-and-ii-country-notes\\_2fca04b9/brazil\\_764ee0aa/61690648-en.pdf](https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2023/11/pisa-2022-results-volume-i-and-ii-country-notes_2fca04b9/brazil_764ee0aa/61690648-en.pdf). Acesso em: 21 abr. 2025.

PARANÁ, Governo do Estado. Parceiro da Escola. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 2025. Disponível em: <https://www.parana.pr.gov.br/parceiro-da-escola>. Acesso em: 11 mar. 2025.

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Institute for Statistics. UIS.Stat – Data Centre. Disponível em: <https://uis.unesco.org/bdds>. Acesso em: 30 abr. 2025.

RICARDO DOS SANTOS, M. Vouchers na educação: o pobre e o rico na mesma escola. Curitiba: Editora Appris, 2019.

SA – Success Academy Charter Schools. Results. New York, NY: SA, 2025. Disponível em: <https://www.successacademies.org/results/>. Acesso em: 11 mar. 2025.

SCHÜLER, F. Escolher a escola dos filhos deveria ser um direito, não um privilégio. Folha de São

Paulo, 14 dez. 2020. Disponível em: <https://fernandoschuler.com/escolher-escola-dos-filhos-deveria-ser-um-direito-nao-um-privilegio/>. Acesso em: 11 mar. 2025.

SEE/MG – Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Escolas do Projeto Somar melhoram desempenho no Ideb 2023 e superam a média estadual. Belo Horizonte: SEE/MG, 2024. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/escolas-do-projeto-somar-melhoram-desempenho-no-ideb-2023-e-superam-a-media-estadual/>. Acesso em: 11 mar. 2025.

WORLD BANK Group. South Africa: Transforming the Basic Education Sector Can Drive Inclusive Growth. 4 fev. 2025. Washington, DC: World Bank Group, 2025. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2025/02/04/south-africa-afe-transforming-the-basic-education-sector-can-drive-inclusive-growth>. Acesso em: 11 mar. 2025.